



*GRUPO PARLAMENTAR*  
*ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES*  
*VII Legislatura*

---

**Declaração Política - Guerra**  
**José Decq Mota**  
**2003/03/18**

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Estamos a viver, no plano mundial, momentos dramáticos cujos contornos todos conhecemos mas são poucos os que se atrevem a perspectivar todas as consequências.

Às 24H00 do dia 17 (hora local) o Presidente dos Estados Unidos da América dirigiu-se ao seu País para confirmar a todo o Mundo o que era já claro para milhões de pessoas: que os Estados Unidos da América e os seus apoiantes incondicionais vão atacar o Iraque a título preventivo, à margem de qualquer mandato da ONU.

Antecedendo este anúncio os Estados Unidos, Grã Bretanha e Espanha retiraram o projecto de Resolução que mantinham na ONU tendo o Presidente americano afirmado que “o Conselho de Segurança não tinha estado à altura das circunstâncias”.

É feito um ultimato a Sadam Hussein, já à margem de todas as resoluções da ONU, arrogando-se os Estados Unidos da América o direito de serem eles a determinar a vida interna dos Estados.

É abandonada a possibilidade de se conseguir o desarmamento pela via da pressão internacional e é rompida essa possibilidade, exactamente no momento em que o desarmamento começou a ser efectivo.

Opiniões de muitos estados democráticos altamente responsáveis são autoritariamente ignoradas por esta corrida para a frente e posições políticas interventivas de natureza ética profunda, como a do Papa, são totalmente ignoradas. A opinião pública mundial, que tão fortemente se tem expressado, não é ouvida preparando-se em alternativa a chuva de um enorme potencial bélico sobre um país e sobre um povo.

A ordem internacional multilateral representada pela ONU é substituída pela ordem internacional unilateral imposta pela Administração Bush.

Ficou ontem à noite absolutamente claro que estamos em vésperas de uma guerra desencadeada contra as posições do Conselho de Segurança, as opiniões dos próprios inspectores da ONU e que não tem qualquer cobertura na Resolução 1441.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

O dramatismo do momento, o profundo significado das atitudes tomadas e o enorme alcance delas não podem ter como consequência qualquer atitude seguidista, acritica ou que se afaste de todas as questões essenciais.

Pelo contrário, é mais necessário que nunca, que sejamos firmes, afirmativos e que não se fuja ao debate sério de todas as questões envolvidas.

É por isso que hoje, sobre a forma de Declaração Política e dando continuidade àquela que foi feita no passado dia 18 de Fevereiro de 2003, o Grupo Parlamentar do PCP vem contribuir para o levantamento e debate das questões ao mesmo tempo que sublinha as suas posições e preocupações.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Ontem, dia 17, o Conselho de Segurança da ONU não ajoelhou face à chantagem dos Estados Unidos da América e daqueles que na Europa dão mais valor e importância à Administração Bush do que a qualquer perspectiva (mesmo a que defendiam há pouco tempo) de política europeia comum no plano internacional. Anteontem dia 16 teve lugar em território nacional, na Região Autónoma dos Açores, a Cimeira da Guerra, o encontro daqueles que vieram à Terceira fazer a encenação com que procuraram “credibilizar” o ultimato realmente feito à ONU.

Anteontem dia 16 o Primeiro Ministro de Portugal fez tudo o que pôde para transformar a posição belicista do seu Governo na posição do Estado Português, alinhando incondicionalmente com a política da Administração Bush.

De facto, os últimos passos dados pelo Governo da República do PSD/PP, com o envolvimento na Cimeira de Domingo, associaram Portugal ao grupo de países que sob ordens de Bush, será historicamente culpado do desencadeamento de uma guerra de terríveis efeitos políticos, de dramáticas consequências humanas e de agravamento da situação económica internacional com graves reflexos na economia portuguesa.

O Governo Português deu estes passos de forma irresponsável e desnecessária e em profundo contraste com os sentimentos dominantes do povo do nosso País.

Mas para além de tudo isto estes passos políticos dados pelo Governo PSD/PP afrontam a própria Constituição da República Portuguesa.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

O Artigo 7º da Constituição da República Portuguesa define no seu ponto 1 um conjunto de princípios que são claramente ofendidos com a linha de política externa actual que o Governo, de forma ela própria unilateral, está a desencadear. Mas o próprio ponto 2 desse mesmo artigo 7º da Constituição da República Portuguesa também é ofendido com esta posição de alinhamento com os que construíram e efectivaram uma política de ultrapassagem total da ONU. De igual modo os princípios consagrados no ponto 5, são completamente esquecidos tendo o discurso europeu do Primeiro-Ministro sido já substituído pelo discurso chamado de “euro-atlântico”.

O Governo PSD/PP ao aceitar ou mesmo ao sugerir a realização nas Lajes, da Cimeira da Guerra, cimeira que será historicamente de má memória, mais não visou do que alinhar a política externa portuguesa com a opção da Administração Bush, mais não pretendeu do que envolver todo o Estado Português nesta política aventureira.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Está hoje mais claro do que nunca que o desarmamento do Iraque nunca foi o objectivo da Administração Bush.

É hoje absolutamente claro que o objectivo central do Presidente dos Estados Unidos da América e daqueles que com ele exercem o poder naquele país, é instalar um protectorado no Iraque e controlar as suas riquezas petrolíferas.

Razão têm aqueles como o ex-Presidente dos Estados Unidos da América Jimmy Carter, o ex-Presidente de Portugal Mário Soares, e o ex-Presidente da Assembleia Geral da ONU Freitas do Amaral e muitas outras personalidades de muitas orientações políticas que sempre afirmaram que o desarmamento do Iraque era possível no quadro da ONU, num quadro que estabelecesse um concreto sistema de segurança internacional face à ameaça que o actual regime iraquiano significa.

Pura e violenta demagogia são aquelas afirmações segundo as quais quem se opõe à política de Bush, quem não aceita o unilateralismo na Administração Americana, quem defende o reforço do papel da ONU, quem não quer que o mundo tenha um policia, seriam amigos do ditador Sadam.

Sadam Hussein é um ditador perigoso que viu o seu poder criar-se com o apoio económico e político americano. Por ser um ditador perigoso é que é necessário haver um sistema de segurança e de garantia determinado pela ONU.

Não é legítimo, não é aceitável que esse sistema legal e legítimo de segurança seja substituído pela matança do povo iraquiano, pela destruição das infraestruturas de um País, pela morte indiscriminada de quem já muito sofreu.

Não é legítimo que se dê à Administração Bush o abusivo poder de intervir militarmente onde quiser e como quiser.

Não é aceitável que se queira neste mundo não ser mais do que mandatários de um político que quando faz um ultimato ao Iraque não se esqueceu de avisar os iraquianos para que “não destruam os poços de petróleo”.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Temos todos que ter a consciência muito viva que estamos num dos momentos mais sombrios e desprestigiantes da intervenção de um governo de Portugal na cena internacional depois do 25 de Abril de 1974.

Temos todos que ter a consciência muito clara que o multilateralismo da ONU é o instrumento existente para que se possam encontrar soluções, à escala mundial, simultaneamente equilibradas e que garantam adequados sistemas de segurança.

Temos todos que ter a consciência que os actuais problemas, nomeadamente o terrorismo fanático de origem fundamentalista, não são resolvidos com a generalização da morte e do sofrimento de algumas nações do Mundo.

Temos todos que ter a consciência que a Paz é um valor que hoje pode ser preservado sempre que exista vontade política de atingir esse objectivo.

Temos todos, finalmente, que ter a consciência da espantosa gravidade do momento presente e da necessidade imperiosa que há em continuar a lutar contra a guerra, mesmo depois de ela se iniciar.

É o futuro da Humanidade que está a ser agora jogado.

Disse

Muito Obrigado.